



EIXO 1 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

POLÍTICAS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ‘ESPAÇOSTEMPOS’ DE DISPUTAS

Marcelle Tenorio

UERJ

marcelle.tenorio@gmail.com

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Resumo

Este resumo integra pesquisa em andamento no Doutorado em Educação, que busca identificar e discutir concepções de educação, docência e currículo em disputa nos processos de construção e implementação das políticas curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica. A investigação considera a influência de organismos internacionais, de grupos empresariais e as mobilizações de resistência às políticas instituídas.

O campo das políticas educacionais é atravessado por disputas e debates, que se manifestam especialmente nas diretrizes curriculares para a formação docente, determinantes dos rumos da educação básica no país. A pesquisa se apoia na noção de prática de Certeau (1994) e na perspectiva de ‘políticaspráticas’ de Oliveira (2013), entendendo que tais políticas são influenciadas pelas ações dos praticantes, condicionadas ao ‘espaçotempo’ em que se inserem, sem separação entre práticas cotidianas e políticas educacionais.

Apresentamos a defesa do uso das narrativas no estudo das políticas educacionais para a formação de professores, sendo uma escolha político-epistemológica que busca dar visibilidade às ações dos sujeitos e aos movimentos de mobilização e resistência às políticas.

Relatar, por meio de narrativas, como se dão os processos de construção das políticas de formação docente e as mobilizações que as tensionam e geram resistências é essencial.



Como aponta Alves (2017), a atuação de docentes e pesquisadores pode articular movimentos e provocar acontecimentos que ultrapassam a mera oposição a equívocos ou imposições de políticas oficiais, entendendo a resistência como algo sempre indispensável.

Segundo Garcia, Moreira e Amorim (2023), as narrativas têm potencial para gerar interpretações e desvios que abrem caminhos de fuga a uma ordem previamente estabelecida, conforme discute Certeau (1994). Considerando que as disputas nas ‘políticaspráticas’ são permanentes, narrar os movimentos e ações dos praticantes rompe com o silêncio e com a imposição das políticas oficiais, criando oportunidades para que realidades de mobilização e criação possam emergir.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o Conselho Nacional de Educação (CNE) já publicou cinco resoluções específicas para a formação docente, o que evidencia a intensidade das disputas nesse campo, tanto na elaboração quanto na implementação das políticas.

De acordo com Garcia e Fontoura (2021), problematizar as políticas de governo relacionadas à formação de professores é essencial para compreender as concepções de currículo e conhecimento nelas contidas. A educação, como compromisso público de responsabilidade compartilhada entre sociedade e Estado, demanda formação profissional sólida e envolve disputas sobre sentidos de docência, currículo e educação em projetos políticos de sociedade, nos quais ideias divergentes permanecem e reaparecem em contextos favoráveis.

Entre os movimentos recentes, destaca-se a Resolução CNE nº 2/2015, reconhecida como marco na defesa de uma formação docente comprometida com a educação pública, a valorização do magistério e a superação das desigualdades. Entretanto, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Resolução CNE nº 2/2017 levou à sua revogação e à publicação da Resolução CNE/CP nº 2/2019, que instituiu a BNC-Formação. Inserida em um processo de reformulação curricular nacional, a BNCC reforçou a centralização curricular e mecanismos de controle articulados a avaliações padronizadas, alinhando-se a diretrizes de organismos multilaterais e ampliando o espaço para parcerias público-privadas, sistemas apostilados e plataformas digitais de gestão. Tal configuração reduziu a autonomia de escolas e



docentes e reforçou uma concepção tecnicista e instrumental da formação, centrada na aplicação das competências previstas para a educação básica.

A BNC-Formação impactou fortemente os cursos de Pedagogia, afetando sua estrutura, organização e concepção. Em reação, instituições, coletivos de educadores e entidades nacionais mobilizaram-se em defesa da Resolução CNE nº 2/2015 e contra a BNC-Formação, resultando, ainda em 2019, na assinatura da Nota Contra a Descaracterização da Formação de Professores por mais de quarenta entidades. Nesse contexto, surgiram os Fóruns Estaduais em Defesa do Curso de Pedagogia, o Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia e a Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e nº 1/2020.

Esses movimentos organizaram lives e webinários com universidades e entidades de pesquisa em educação, obtendo apoio de mais de 800 organizações nacionais, incluindo fóruns, associações, redes e sindicatos. Destaca-se a diversidade de sujeitos envolvidos, como docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, representantes de fóruns estaduais e conselhos municipais de educação, sindicatos, centros acadêmicos e entidades como ANFOPE, ANPEd, ForumDir, Anpae e ABdC.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019 foi revogada pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, que, embora não contemple integralmente as reivindicações históricas ligadas à formação docente, evidencia a relevância do movimento de resistência para dar visibilidade às disputas no campo. A análise dessas resoluções indica a continuidade das reformas de orientação neoliberal e mercantilista, presentes na América Latina e no Caribe desde a década de 1990, impulsionadas por organismos internacionais.

Os movimentos de mobilização e resistência configuram-se como táticas plurais, coletivas e democráticas de registro das “histórias vistas de baixo”, mostrando que há produção de políticas nas escolas, universidades, pesquisas e demais ‘espaçotempos’ formativos. Diante das disputas em torno dos sentidos da educação, é necessário manter a luta por uma escola pública, gratuita, igualitária, laica e plural, comprometida com a superação das desigualdades.

Assim, narrar e registrar as mobilizações de resistência às políticas instituídas permite construir coletivamente a pesquisa e visibilizar outras histórias, reafirmando princípios e lutas históricas pela valorização do magistério e por uma educação pública orientada



pela justiça social.

Palavras-chave: Formação de professores. Política educacional. Currículo.

Referências

ALVES, Nilda. Formação de docentes e currículos para além da resistência. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qcCz9xPVpV5gb6dWSwSfYSg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GARCIA, A.; FONTOURA, H. A. As Ideias não Morrem: movimentos nas políticas curriculares e na formação docente. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 3, p. 1506-1523, set./dez. 2021.

GARCIA, Alexandra; MOREIRA, Maria Alfredo; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida: reverberações curriculares. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61431>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículo e processos de “aprendizagemensino”: “políticaspráticas” educacionais cotidianas. *Currículo sem Fronteiras* [online], v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.htm>. Acesso em: 12 jul. 2025.